

ENTE: Boa Esperança**UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONTROLE INTERNO								
Nível de Estruturação do CI	Quantidade Total de Servidores do CI	Quantidade Servidores Efetivos do CI	Quantidade Servidores Contadores do CI	Normas Internas Gestão Orçamentária [Leg 1]	Normas Internas Gestão Financeiras [Leg 1]	Normas Internas Gestão Patrimonial [Leg 1]	Normas Internas Gestão Fiscal [Leg 1]	Normas Internas Escrituração e Demonstrações Contábeis [Leg 1]
Unidade Central	1	1	0	2	2	2	4	2

Leg 1:
1 - Existem somente os normativos;
2 - Existem normativos e fluxos desenhados;
3 - Existem normativos, fluxos e são de amplo conhecimento de toda a administração envolvida no Processo;
4 - Não existem normas internas definidas no âmbito desta temática.

INFORMAÇÕES GERAIS DA UG						
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Responsável	Último Exercício Avaliado pelo CI	Opinião do CI sobre os Procedimentos Aplicados da UG	Fato relevante relatado no RELACI - ciência TCEES	Assunto principal - fato relevante relatado no RELACI
013L0200001	Unidade Central			Regular	Não	

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Seleccionada	Unidade da Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.2.2	Qualitativo	Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos DELREP, DEMCSE01 e DEMCSE02.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	1.2.3	Qualitativo	Não foram observados registros de atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte patronal.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos DELREP, DEMCSE01 e DEMCSE02.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	1.2.4	Qualitativo	Não foram observados registros de retenção/atrasos de pagamento de obrigações previdenciárias – parte servidor.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos DELREP, DEMCSE01 e DEMCSE02.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	1.2.5	Qualitativo	Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos DELREP, DEMCSE01 e DEMCSE02.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança**UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Seleccionada	Unidade da Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.2.8	Qualitativo	Não foram observados registros de parcelamento de débitos previdenciários.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos DELREP, DEMCSE01 e DEMCSE02.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	1.3.3	Qualitativo	Banco 021 – Agência 145 = total de 01 (uma) conta bancária.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos TVDISP e EXTBAN.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	1.4.7	Qualitativo	Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados. A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, "a", da LRF.				Amostra compreende a população pesquisada no documento RGF - Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	1.4.8	Qualitativo	Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal no exercício em análise.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos PESS e RGF - Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança

UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.10	Qualitativo	A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite prudencial estabelecido pelo parágrafo único do artigo 22 da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas restritivas previstas nos incisos I a V do dispositivo em questão. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 22, parágrafo único, da LRF.				Amostra compreende a população pesquisada no documento RGF - Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança**UNIDADE GESTORA:** Câmara Municipal de Boa Esperança**TIPO DE CONTA:** Contas de Gestão**EXERCÍCIO:** 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.11	Qualitativo	A Despesa Total com Pessoal (DTP) da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 20, III, "a", da LRF, portanto não ensejou a aplicação das medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF e 169, §§ 3º e 4º, da CF/88. A DTP da Câmara Municipal, no exercício de 2022, foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), não ultrapassando, dessa forma, o limite de 6% (seis por cento) sobre a RCL estabelecido pelo artigo 20, III, "a", da LRF. Portanto, não ultrapassado o limite máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101 de 2000, não se enseja a adoção das providências descritas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal de 1988.				Amostra compreende a população pesquisada no documento RGF - Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança

UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.13	Qualitativo	O gasto total com folha de pagamento da Câmara Municipal de Boa Esperança não ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2022. Constatou-se que, no exercício de 2022, tal despesa com folha de pagamento foi de R\$ 1.264.309,91, o que se verifica através da DEMVAP. A despesa orçada para a Câmara Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1.750 de 2022, Lei Orçamentária para o exercício de 2022, foi de R\$ 2.736.000,00, valor que também pode ser verificado através do Balanço Financeiro (BALFIN). Dessa forma, o gasto total com folha de pagamento no exercício de 2022 corresponde a 46,21% dos recursos recebidos a título de duodécimos, não ultrapassando, assim, os limites impostos pelo parágrafo primeiro do artigo 29-A da CRFB/88.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos BALFIN e DEMVAP.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança

UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Seleccionada	Unidade da Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.17	Qualitativo	O subsídio dos Vereadores atendeu, quando da sua fixação, ao disposto no artigo 29, inciso VI, alínea b, da CRFB/88 (em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais). Os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança têm seu subsídio fixado pela Lei Municipal nº 1.722 de 2020 (FIXSUB). Essa lei estabelece que de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, o subsídio mensal fica fixado no valor de R\$ 4.915,00. Quanto ao subsídio dos Deputados Estaduais, a Lei Estadual nº 10.317 de 22 de dezembro de 2014 o fixou em seu artigo 3º, no valor de R\$ 25.322,25. Verifica-se, portanto, que o valor fixado para os Vereadores da Câmara Municipal de Boa Esperança corresponde a 19,41% do subsídio dos Deputados Estaduais, não ultrapassando, assim, o limite de 30% que estabelece a CRFB/88.				Amostra compreende a população pesquisada no documento FIXSUB.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança

UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.18	Qualitativo	O pagamento dos subsídios aos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, alínea b, da CRFB/88. Para o Exercício de 2022, conforme a Lei Municipal nº 1.722 de 2020, o subsídio mensal dos Vereadores continuou fixado na quantia de R\$ 4.915,00 (quatro mil, novecentos e quinze reais), o que equivale a 19,41% do subsídio de R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), fixado pela Lei Estadual nº 10.317 de 2014, para os Deputados Estaduais. O pagamento dos Vereadores, conforme se extrai dos Extratos Consolidados da Folha de Pagamento do exercício de 2022, manteve a quantia fixada pela lei e, consequentemente, respeitou os limites máximos estabelecidos pelo dispositivo em tela.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos FIXSUB e Extratos Consolidados da Folha de Pagamento, Mês 1 ao 12, Exercício de 2022.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança

UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança

TIPO DE CONTA: Contas de Gestão

EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.19	Qualitativo	O total da Receita informado pelo artigo 2º da Lei nº 1.750 de 2022 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022) foi de R\$ 69.274.637,18 (Sessenta e nove milhões, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), valor que pode ser constatado no RELGES. Aplicado o percentual de 5% sobre esse valor (artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal de 1988) é obtido o valor de R\$ 3.463.731,86 (três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos). O valor referente ao total da despesa com subsídios, que se extrai do BALVER-ANUAL, é de R\$ 539.220,00. Esse valor não ultrapassou o limite estabelecido pelo artigo 29, inciso VII, da CRFB/88.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos RELGES e BALVER-ANUAL.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança**UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	1.4.20	Qualitativo	O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou o percentual de 7% definido no inciso I, do Art. 29-A, da CRFB/88, conforme demonstrado na documentação apresentada referente ao exercício de 2022, dos itens que compõem a folha de pagamento (subsídios, vencimentos, salários e férias). Portanto, a Câmara Municipal não ultrapassou o percentual de 7% definido no Art. 29-A, da CRFB/88.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos FIXSUB e DEMVAP.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	2.2.13	Qualitativo	Não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, o que se verifica do Demonstrativo de Créditos Adicionais (DEMCAD) do exercício de 2022. Há, também, autorização contida no artigo 5º da Lei Municipal nº 1.750 de 2022 (LOA 2022).				Amostra compreende a população pesquisada no documento DEMCAD.	Análise documental	1
013L0200001	Unidade Central	2.6.3	Qualitativo	Não foram realizadas contratações que se destinam ao atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público pela Câmara Municipal no exercício de 2022.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos RELGES e PESS.	Análise documental	1

ENTE: Boa Esperança
UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança
TIPO DE CONTA: Contas de Gestão
EXERCÍCIO: 2022

PROCEDIMENTOS REALIZADOS										
Unidade Gestora Avaliada	Nível de Estruturação do CI	Código do Procedimento	Tipo do Ponto de Controle	Descrição da Análise	Universo Analisado	Amostra Selecionada	Unidade da Amostra Selecionada	Descrição da Amostra	Tipo Procedimento Aplicado	Situação da Análise [Leg 2]
013L0200001	Unidade Central	2.6.4	Qualitativo	O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Câmara Municipal de Boa Esperança obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. A Lei Municipal nº 1.723 de 2020 fixou o subsídio mensal do Prefeito em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), valor que se tornou o limite de teto remuneratório na esfera municipal e que não foi ultrapassado pelo teto remuneratório dos servidores da Câmara Municipal.				Amostra compreende a população pesquisada nos documentos FIXSUB e PESS.	Análise documental	1

Leg 2:

- 1 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções
- 2 - Procedimento aplicado sem detecção de distorções relevantes, constatando oportunidades de melhorias do controle
- 3 - Procedimento aplicado com constatação de distorções que ensejam risco grave e necessidade de correções.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS REALIZADAS									
Unidade Gestora Avaliada	Tipo de Tomada de Contas Especial	Processo Administrativo TCE	Data Evento/Ciência pela Autoridade Competente	Data de Instauração da TCE	Data de Envio da TCE ao TCEES	Fato Motivador da TCE [Leg 3]	Valor Original do Débito	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - não encaminhadas ao TCEES [Leg 4]	Situação da TCE em 31/12 do Exercício da Prestação de Contas - encaminhadas ao TCEES [Leg 5]

Leg 3:

- 1 - Omissão no dever de prestar contas ou a não comprovação da correta aplicação de recursos repassados mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere;
- 2 - Ocorrência de desfalque, alcance, desvio, desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos;
- 3 - Ocorrência de extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens;
- 4 - Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- 5 - Concessão irregular de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resulte dano ao erário.

ENTE: Boa Esperança**UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal de Boa Esperança****TIPO DE CONTA: Contas de Gestão****EXERCÍCIO: 2022**

Leg 4:

- 1 - Aguardando o início da instrução;
- 2 - Em instrução dentro do prazo;
- 3 - Em instrução fora do prazo;
- 4 - Finalizada – Dispensado o encaminhamento ao TCEES – art. 9º, IN 32/2014;
- 5 - Finalizada - Arquivada antes do encaminhamento ao TCEES – art. 10, IN 32/2014;

Leg 5:

- 1 - Finalizada - Aguardando deliberação do TCEES;
- 2 - Com decisão do TCEES pela condenação ao ressarcimento / Sem baixa da responsabilidade pelo débito;
- 3 - Com decisão do TCEES pela baixa da responsabilidade pelo débito – art. 20, da IN 32/2014);
- 4 - Em complementação de informações, após retorno determinado pelo TCEES – art. 15, IN 32/2014.